

General provisions**4 — Article 10**

The special authorization required under paragraph 2 of this article shall be issued by:

a) In the Portuguese Republic:

Direcção-Geral de Viação, Avenida da República, 16, 8.º, 1050 Lisboa (Ph: 00351-1-3521011; fax: 00351-1-3555670);

b) In the Republic of Latvia:

State Joint Stock, Company «Road Directorate», Gogola iela, 3, Riga, LV-1050 (Ph: 00371-7028144; 7028338; fax: 00371-7028171; 7227818).

5 — Article 13

Authorization and waybill forms for occasional passengers services, as well as authorization forms for goods transport operations, are attached to this Protocol.

6 — Article 14

The competent authorities of the Contracting Parties shall ensure extraordinary control procedures for vehicles transporting sick persons, dangerous goods or perishable foodstuffs.

Done in Warsaw, on 20 May 1999, in two originals, each in Portuguese, Latvian and English languages, all texts being equally authentic. In case of divergence of interpretation, the English text of the Protocol shall prevail.

For the Portuguese Republic:



For the Republic of Latvia:


Resolução da Assembleia da República n.º 74/2000

APROVA, PARA ASSINATURA, O ACORDO ENTRE A REPÚBLICA PORTUGUESA E A REPÚBLICA DA BULGÁRIA SOBRE PROMOÇÃO E PROTECÇÃO MÚTUA DE INVESTIMENTOS, ASSINADO EM LISBOA EM 27 DE MAIO DE 1993, E O RESPECTIVO PROTOCOLO, ASSINADO EM SÓFIA EM 30 DE MARÇO DE 1999.

A Assembleia da República resolve, nos termos da alínea i) do artigo 161.º e do n.º 5 do artigo 166.º da Constituição, aprovar, para assinatura, o Acordo entre a República Portuguesa e a República da Bulgária sobre Promoção e Protecção Mútua de Investimentos, assinado em Lisboa em 27 de Maio de 1993, e o respectivo Protocolo, assinado em Sófia em 30 de Março de 1999,

cujas versões autênticas nas línguas portuguesa, búlgara e inglesa seguem em anexo.

Aprovada em 27 de Abril de 2000.

O Presidente da Assembleia da República, *António de Almeida Santos*.

Assinada em 28 de Junho de 2000.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendada em 30 de Junho de 2000.

O Primeiro-Ministro, *António Manuel de Oliveira Guterres*.

ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA PORTUGUESA E O GOVERNO DA REPÚBLICA DA BULGÁRIA SOBRE PROMOÇÃO E PROTECÇÃO MÚTUA DE INVESTIMENTOS.

O Governo da República Portuguesa e o Governo da República da Bulgária, adiante designados como Partes Contratantes:

Animados do desejo de intensificar a cooperação económica entre os dois Estados;

Tendo em vista a criação das condições favoráveis para a realização de investimentos pelos investidores de uma Parte Contratante no território da outra Parte Contratante;

Reconhecendo que a protecção e promoção mútua de investimentos nos termos deste Acordo contribuirá para estimular as iniciativas neste âmbito;

acordam o seguinte:

Artigo 1.º

Para efeitos do presente Acordo, entende-se que:

1) O termo «investimentos» compreenderá toda a espécie de bens, relacionados com actividades económicas, investidos por um investidor de uma das Partes Contratantes no território da outra Parte Contratante e de acordo com as leis desta última, incluindo, em particular:

- a) Direitos de propriedade, bem como quaisquer outros direitos reais;
- b) Acções, quotas ou outras partes sociais que representem o capital de sociedades ou quaisquer outras formas de participação;
- c) Direitos de crédito ou quaisquer outros direitos com valor económico;
- d) Direitos de autor, direitos de propriedade industrial [tais como patentes, processos técnicos, marcas e firma, denominações comerciais, desenhos industriais, bem como *know-how*, e clientela (aviação)];
- e) Concessões conferidas por lei, contrato ou acto administrativo de uma autoridade pública competente, incluindo concessões para prospecção, pesquisa e exploração de recursos naturais.

Qualquer alteração na forma de realização do investimento não afectará a sua substância

desde que essa alteração seja feita de acordo com a lei da Parte Contratante no território da qual o investimento é realizado;

- 2) O termo «rendimentos» designa as quantias geradas por um investimento num determinado período, tais como lucros e dividendos, juros e outros rendimentos gerados de acordo com a lei;
- 3) O termo «liquidação do investimento» significará que o investimento terminou de acordo com as disposições legais vigentes no país em que o investimento em causa tenha sido efectuado;
- 4) O termo «investidor» designará:
 - a) As pessoas singulares, com a nacionalidade de qualquer uma das Partes Contratantes, de acordo com a respectiva lei;
 - b) Empresas, incluindo sociedades ou outras formas de associação, com ou sem personalidade jurídica, que tenham sede no território de uma das Partes Contratantes e estejam constituídas de acordo com a lei dessa Parte Contratante;

- 5) O termo «território» compreenderá o território sob a soberania da República Portuguesa, por um lado, e o território da República da Bulgária, por outro, incluindo o mar territorial, bem como a plataforma continental e a zona económica exclusiva sobre a qual o respectivo Estado exerça direito da soberania ou jurisdição em conformidade com o direito internacional.

Artigo 2.º

1 — Ambas as Partes Contratantes promoverão e protegerão mutuamente a realização nos seus territórios de investimentos efectuados por investidores de outra Parte Contratante, admitindo tais investimentos de acordo com as suas leis e regulamentos e concedendo aos investimentos protecção e tratamento justos e equitativos.

2 — No caso de os rendimentos de um investimento virem a ser reinvestidos, esse reinvestimento e os seus rendimentos gozarão da mesma protecção que o investimento inicial.

3 — De acordo com as suas leis e regulamentos, cada Parte Contratante acolherá favoravelmente as questões relativas à entrada, permanência, trabalho e movimentação no seu território de nacionais da outra Parte Contratante e familiares que façam parte do agregado familiar, que levem a cabo actividades relacionadas com os investimentos na definição constante do presente Acordo.

Artigo 3.º

1 — Nenhuma Parte Contratante sujeitará, no seu território, os investimentos efectuados por investidores da outra Parte Contratante a um tratamento menos favorável do que o concedido aos investimentos efectuados pelos seus próprios investidores ou investidores de terceiros Estados, prevalecendo o que for mais favorável.

2 — Nenhuma Parte Contratante sujeitará os investidores da outra Parte Contratante, no que diz respeito a actividades relacionadas com a manutenção, uso e operação dos respectivos investimentos realizados no território da primeira Parte Contratante, a um trata-

mento menos favorável do que o concedido aos seus próprios investidores ou a investidores de terceiros Estados, prevalecendo o que for mais favorável.

3 — As disposições contidas nos n.ºs 1 e 2 deste artigo não afectam o tratamento mais favorável concedido ou a conceder pelas Partes Contratantes a investimentos de investidores de terceiros Estados em virtude de:

- a) Participação em uniões aduaneiras, zonas de comércio livre ou outras formas idênticas de cooperação económica;
- b) Acordos para evitar a dupla tributação.

4 — Qualquer das Partes Contratantes reserva-se o direito de criar ou manter, de acordo com a sua legislação, excepções ao princípio do tratamento nacional concedido nos termos dos parágrafos 1 e 2 deste artigo.

Artigo 4.º

1 — Os investimentos efectuados por investidores de uma das Partes Contratantes no território da outra Parte Contratante não poderão ser expropriados, nacionalizados ou sujeitos a outras medidas com efeitos equivalentes à expropriação ou nacionalização (adiante designadas como expropriação), excepto por força da lei, no interesse público, de forma não discriminatória e mediante pronta indemnização.

A indemnização deverá corresponder ao valor de mercado que o investimento expropriado tinha à data da expropriação, deverá ser paga sem demora e, até à data do pagamento, vencerá juros anuais à taxa LIBOR para a moeda convertível, na qual o investimento foi realizado. O pagamento dessa compensação será livremente transferível.

2 — Os investidores de uma das Partes Contratantes que venham a sofrer perdas de investimentos no território da outra Parte Contratante em virtude de guerra, conflitos armados, estado de emergência nacional ou outros eventos similares não receberão dessa Parte Contratante tratamento menos favorável do que o concedido a investidores de terceiros Estados. As compensações daí resultantes deverão ser livremente transferíveis.

Artigo 5.º

1 — Cada Parte Contratante, em conformidade com a sua legislação, permitirá aos investidores da outra Parte Contratante, após o cumprimento das obrigações fiscais devidas, a livre transferência das importâncias relacionadas com os investimentos, nomeadamente:

- a) Do capital e das importâncias adicionais para a manutenção ou ampliação do investimento;
- b) Dos rendimentos do investimento;
- c) Das importâncias necessárias para o serviço e reembolso dos empréstimos que ambas as Partes hajam reconhecido como investimento;
- d) Do produto resultante da alienação ou da liquidação total ou parcial do investimento;
- e) Das indemnizações previstas no artigo 4.º do presente Acordo;
- f) De quaisquer pagamentos preliminares que possam ser efectuados em nome do investidor de acordo com o artigo 6.º do presente Acordo;
- g) Das remunerações percebidas por nacionais da outra Parte Contratante por trabalho ou serviços prestados relacionados com investimentos

feitos no seu território, de acordo com as suas leis e regulamentos.

2 — As transferências referidas no parágrafo anterior serão efectuadas sem demora à taxa de câmbio aplicável na data da transferência no território da Parte Contratante onde o investimento foi realizado.

3 — Para efeitos deste artigo, entender-se-á que uma transferência foi realizada «sem demora» quando a mesma for efectuada dentro do prazo normalmente necessário para o cumprimento das respectivas formalidades no território da Parte Contratante onde o investimento foi realizado. O prazo será contado a partir do dia em que o devido requerimento, acompanhado dos necessários documentos, tenha sido apresentado, não podendo em caso algum exceder três meses.

Artigo 6.º

1 — No caso de uma das Partes Contratantes ou a agência por ela designada efectuar pagamentos a um dos seus investidores por virtude de uma garantia prestada a um investimento realizado no território da outra Parte Contratante, esta última reconhecerá:

- a) A transmissão, por força da lei ou em resultado de uma transacção legal nesse país, de qualquer direito ou acção pelo investidor a favor da primeira Parte Contratante ou da agência por ela designada; bem como
- b) Que a primeira Parte Contratante ou a agência por ela designada tem capacidade para, em virtude da sub-rogação, exercer os direitos de propor as acções nos mesmos termos que o investidor, assumindo as obrigações relacionadas com o investimento.

2 — No caso de sub-rogação, tal como se encontra definida no parágrafo 1 deste artigo, o investidor não intentará qualquer acção judicial sem prévia autorização da Parte Contratante ou da agência por ela designada.

Artigo 7.º

1 — Os diferendos que surgirem entre as Partes Contratantes sobre a interpretação e aplicação do presente Acordo serão resolvidos, na medida do possível, através de negociações entre as Partes Contratantes.

2 — Se as Partes Contratantes não chegarem a acordo dessa maneira, no prazo de 12 meses após o início das negociações, o diferendo será submetido a um tribunal arbitral, a pedido de qualquer das Partes Contratantes.

3 — No prazo de três meses a contar da data de recepção do pedido de arbitragem, cada Parte Contratante deverá nomear um membro do tribunal. Esses dois membros deverão escolher um nacional de um terceiro Estado, que será nomeado presidente do tribunal, por comum acordo entre as Partes Contratantes. O presidente será nomeado no prazo de dois meses a contar da data da nomeação dos restantes dois membros.

4 — Se as necessárias nomeações não tiverem sido efectuadas dentro dos prazos fixados no parágrafo 3 deste artigo, qualquer das Partes Contratantes pode, na ausência de outro acordo, solicitar ao Presidente do Tribunal Internacional de Justiça que proceda às necessárias nomeações.

Se o Presidente estiver impedido ou for nacional de uma das Partes Contratantes, as nomeações caberão ao Vice-Presidente.

Se este também estiver impedido ou for nacional de uma das Partes Contratantes, as nomeações caberão ao membro do Tribunal Internacional de Justiça que se siga na hierarquia, desde que não seja nacional de qualquer das Partes Contratantes.

5 — O presidente e os membros do tribunal têm de ser nacionais de Estados com os quais ambas as Partes Contratantes mantenham relações diplomáticas.

6 — O tribunal arbitral decidirá com base nas disposições do presente Acordo celebrado entre as Partes Contratantes bem como nos princípios e regras de direito internacional geralmente aceites. O tribunal arbitral decidirá por maioria de votos. As suas decisões serão definitivas e obrigatórias para ambas as Partes Contratantes. O tribunal determina as suas próprias regras processuais.

7 — A cada uma das Partes Contratantes caberão as despesas do respectivo árbitro, bem como da respectiva representação no processo arbitral. Ambas as Partes Contratantes suportarão em partes iguais as despesas do presidente, bem como as demais despesas.

Artigo 8.º

1 — Os diferendos que surjam entre um investidor de uma das Partes Contratantes e a outra Parte Contratante respeitantes a uma obrigação desta última em resultado deste Acordo e relacionados com um investimento do primeiro serão, na medida possível, resolvidos de forma amigável pelas partes em diferendo.

2 — Se esses diferendos não puderem ser resolvidos no prazo de seis meses, a contar da data em que qualquer das partes requerer a resolução amigável, o investidor pode submeter os diferendos ao competente tribunal da Parte Contratante em causa.

3 — No caso de diferendos respeitantes aos artigos 4.º e 5.º do presente Acordo, o investidor em causa pode, em alternativa ao previsto no número anterior, submeter o diferendo a arbitragem por recurso quer:

- a) A um tribunal arbitral *ad hoc* constituído de acordo com as regras de arbitragem da Comissão das Nações Unidas sobre Direito Comercial Internacional; quer
- b) Ao Centro Internacional para a Resolução de Diferendos Relativos a Investimentos, no caso de a República da Bulgária aderir à Convenção para a Resolução de Diferendos entre Estados e Nacionais de Outros Estados, celebrada em Washington em 18 de Março de 1965 (Convenção CIRDI).

4 — A sentença será final e obrigatória para ambas as partes em litígio e será executada de acordo com a lei interna da Parte Contratante em causa.

Artigo 9.º

Se, para além do presente Acordo, as disposições de outro acordo internacional em vigor ou que venha a vigorar entre as duas Partes Contratantes ou a regulamentação interna de qualquer das Partes estabelecer um regime, geral ou especial, que confira aos investimentos efectuados por investidores da outra Parte Contratante um tratamento mais favorável do que o previsto no presente Acordo, prevalecerá sobre este o regime mais favorável.

Artigo 10.º

O presente Acordo aplicar-se-á a todos os investimentos realizados desde 1 de Janeiro de 1965 por investidores de uma Parte Contratante no território da outra Parte Contratante e em conformidade com as respectivas disposições legais.

Artigo 11.º

Os representantes das Partes Contratantes deverão, sempre que necessário, realizar reuniões sobre qualquer matéria relacionada com a aplicação deste Acordo. Estas reuniões serão realizadas sob proposta de uma das Partes Contratantes em lugar e data a acordar por via diplomática.

Artigo 12.º

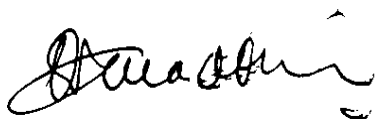
1 — Este Acordo entrará em vigor na data em que ambas as Partes Contratantes se tenham notificado reciprocamente, por escrito, do cumprimento dos respectivos procedimentos legais internos e permanecerá em vigor por um período de 15 anos.

2 — Este Acordo permanecerá em vigor se nenhuma das Partes Contratantes notificar por escrito a outra Parte Contratante da sua decisão de o denunciar 12 meses antes da data do termo do período de 15 anos e será considerado automaticamente renovado nos mesmos termos e por períodos sucessivos de 5 anos.

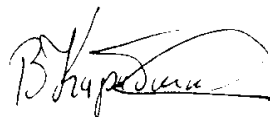
3 — No caso de o presente Acordo ser denunciado, as disposições dos artigos 1.º a 11.º continuarão em vigor por um período de 10 anos quanto aos investimentos realizados antes de a denúncia do presente Acordo se tornar efectiva.

Feito em Lisboa no dia 27 do mês de Maio do ano de 1993, em português, búlgaro e inglês, todos os textos fazendo igualmente fé. Em caso de divergências sobre a interpretação do Acordo, prevalecerá o texto inglês.

Pelo Governo da República Portuguesa:



Pelo Governo da República da Bulgária:



PROTOCOLO

Com referência ao Acordo sobre Promoção e Protecção Recíproca de Investimentos entre o Governo da República Portuguesa e o Governo da República da Bulgária sobre Promoção e Protecção Mútua de Investimentos, assinado em Lisboa em 27 de Maio de 1993, os plenipotenciários abaixo assinados acordaram ainda

nas seguintes disposições interpretativas, que constituem parte integrante do referido Acordo:

1 — Com referência ao artigo 2.º do presente Acordo

Aplicar-se-á igualmente o disposto no artigo 2.º do presente Acordo quanto aos investidores de uma das Partes Contratantes que já estejam estabelecidos no território da outra Parte Contratante e pretendam ampliar as suas actividades ou estabelecer-se noutros sectores.

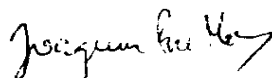
Tais investimentos deverão ser considerados como novos e, com tal, deverão ser realizados de acordo com as regras que regulam a admissão dos investimentos, nos termos do artigo 2.º do presente Acordo.

2 — Com respeito ao artigo 3.º do presente Acordo

As Partes Contratantes consideram que as disposições do artigo 3.º do presente Acordo não prejudicam o direito de cada uma das Partes Contratantes aplicar as disposições pertinentes do seu direito fiscal que estabeleçam, nos termos da respectiva legislação, uma distinção entre contribuintes que não se encontrem em idêntica situação, nomeadamente no que se refere ao seu lugar de residência ou ao lugar em que o capital é investido.

Feito em Sófia no dia 30 do mês de Março do ano de 1999, em língua portuguesa, búlgara e inglesa, todos os textos fazendo igualmente fé. Em caso de divergência sobre a interpretação do Acordo, prevalecerá o texto em inglês.

Pelo Governo da República Portuguesa:



Pelo Governo da República da Bulgária:



СПОГОДБА

МЕЖДУ ПРАВИТЕЛСТВОТО НА РЕПУБЛИКА ПОРТУГАЛИЯ

И ПРАВИТЕЛСТВОТО НА РЕПУБЛИКА БЪЛГАРИЯ

ЗА НАСЪРЧАВАНЕ И ВЗАИМНА ЗАЩИТА НА ИНВЕСТИЦИИТЕ

Правителството на Република Португалия и Правителството на Република България наричани по-долу Договарящи се Страни;

Насърчени от желанието си да развият икономическото сътрудничество между двете държави;

С оглед да създадат благоприятни условия за инвеститорите от едната договаряща се страна на територията на другата договаряща се страна;

Признавайки, че взаимното насърчаване и защита на инвестициите в съответствие с настоящата Спогодба стимулира инициативите в тази област;

Се договориha за следното:

Член 1

За целите на настоящата Спогодба,

1. Понятието "инвестиции" ще означава всякакви средства, свързани със стопанската дейност, инвестирани от инвеститор от едната Договаряща се Страна на територията на другата Договаряща се Страна в съответствие със законите на последната, и по-специално включва:
 - а) права на собственост и всякакви други вещни права;
 - б) акции, дялове или други ценни книжа, материализиращи участие в дружества или всякаква друга форма на участие;
 - в) права на вземания, както и всякакви други права, които имат икономическа стойност;
 - г) авторски права, права в областта на индустриалната собственост (като патенти, технологични процеси, търговски марки и търговски наименования, фирмени наименования, промишлени образци, ноу-хау и гуд уил);
 - д) концесии, предоставени по силата на закон, на договор или административен акт на компетентен държавен орган и по-специално за проучване, разработване и експлоатация на природни ресурси.

Никаква последваща промяна във формата, в която инвестициите са били направени, няма да засегне тяхната същност като инвестиции, при условие, че тази промяна не противоречи на законите на съответната Договаряща се Страна.

2. Понятието "приходи" ще означава всички суми, които се получават от инвестициите, като например печалби, дивиденди, лихви и други законни доходи.
3. Понятието "ликвидация на инвестицията" ще означава, че инвестицията е била прекратена в съответствие с правните разпоредби, които са в сила в страната, в която е направена въпросната инвестиция.
4. Понятието "инвеститор" ще означава:
 - а) физическо лице, което е гражданин на една от Договарящите се Страни, съгласно действащото в нея законодателство;
 - б) корпорации, включително дружества, или други форми на одружение, с или без юридическа личност, които имат седалище на територията на една от Договарящите се Страни и са учредени в съответствие със законите на тази Договаряща се Страна.
5. Понятието "територия" ще означава територията под суверенитета на Република Португалия, от една страна и на Република България от друга страна, включително териториалното море, както континенталния шelf и изключителната икономическа зона върху която съответната Страна упражнява суверенни права или юрисдикция в съответствие с международното право.

Член 2

1. Договарящите се страни взаимно ще насърчават и защитават на своя територия инвестиции на инвеститори от другата Договаряща се Страна и ще приемат такива инвестиции в съответствие със своите закони и разпоредби и ще им предоставят справедливо и безпристрастно третиране и защита.
2. В случай на реинвестиране на приходи от инвестиция, тези реинвестиции и техните приходи ще се ползват от същата защита, както и първоначалната инвестиция.
3. В съответствие със своите закони и разпоредби, всяка Договаряща се Страна ще разглежда благоприятно въпросите, отнасящи се до влизането, престоя, работата и движението на своята територия на граждани на другата Договаряща се Страна, които извършват дейност, свързана с инвестициите, както е определено в настоящата спогодба, както и на членовете на техните семейства, живеещи в едно домакинство с тях.

Член 3

1. Нито една от Договарящите се Страни няма да предоставя на своята територия по-неблагоприятно третиране на инвестиции, направени от инвеститори на другата Договаряща се Страна, отколкото това на инвестиции на своите собствени инвеститори или на инвестиции на инвеститори на която и да е трета Държава, в зависимост от това кой режим е по-благоприятен.

2. Нито една от Договарящите се Страни няма да предоставя на инвеститори на другата Договаряща се Страна, по отношение на дейност, свързана с поддържане, използване и разпореждане с техните инвестиции, направени на територията на първата Договаряща се Страна по-неблагоприятно третиране от това, предоставено на своите собствени инвеститори или на инвеститори от която и да е трета Държава, в зависимост от това кой режим е по-благоприятен.
3. Горепосочените разпоредби на този член няма да засегнат по-благоприятното третиране вече предоставено или което ще се предостави от Договарящите се Страни на инвестиции направени от инвеститори на трета държава произтичащи от:
 - а) участие в митнически съюзи, свободни търговски зони и други подобни форми на икономическо сътрудничество;
 - б) споразумения за избягване на двойното данъчно облагане.
4. Всяка от Договарящите се Страни си запазва правото да прави или поддържа, в съответствие със своето законодателство, изключение от националното третиране предоставени според алинея 1 и 2 от този член.

Член 4

1. Инвестиции направени от инвеститори от едната от Договарящите се Страни на територията на другата Договаряща се Страна няма да бъдат експроприирани, национализирани или подложени на други мерки, които по последствията си са равни на експроприация или национализация, (по-долу наричани експроприации), освен по силата на закон, в обществен интерес, на недискриминационна основа и срещу незабавна компенсация.
- Компенсацията ще възлиза на пазарната цена на инвестицията по време на експроприацията, ще бъде платена без забавяне и ще носи лихва, възлизава на годишния лихвен процент равен на дванадесетмесечния ЛИБОР изчислен в конвентируема валута, в която инвестициите са били направени до времето на плащане. Плащането на такива компенсации ще бъде свободно проводимо.
2. На инвеститори от едната от Договарящите се Страни, които претърпят инвестиционни загуби на територията на другата Договаряща се Страна вследствие на война, въоръжен конфликт, извънредно положение или други подобни събития, се предоставя третиране не по-малко благоприятно от това, предоставено на инвеститори от която и да било трета държава. Произтичащите компенсации са свободно проводими.

Член 5

1. В съответствие със своето законодателство, всяка Договаряща се Страна разглежда на инвеститори от другата Договаряща се Страна след изплащане на дължимите данъци, свободен превод на сумите свързани с инвестиции, като:
 - а) капитал и допълнителни суми необходими за поддържане или увеличаване на инвестицията;
 - б) доходи от инвестицията;
 - в) средства за обслужване, изплащане и погасяване на заеми, признати от двете страни за инвестиции;
 - г) приходи, получени от продажба или пълна или частична ликвидация на инвестицията;
 - д) компенсациите съобразно Член 4 от тази Спогодба;
 - е) каквито и да било предварителни плащания, които могат да бъдат направени в полза на инвеститора, съобразно Член 6 от тази Спогодба;
 - ж) възнаграждението, получено от гражданите на другата Договаряща се Страна за работа или услуги, извършени във връзка с инвестиции, направени на нейната територия, съобразно нейните закони и разпоредби.
2. Преводите посочени в предшестващата алинея се извършват без забавяне по обменния курс, приложим на датата на превода на територията на Договарящата се Страна, където е направена инвестицията.
3. За целите на този член преводът се счита за извършен без забавяне, когато това е направено в срока, който обикновено е необходим за изпълнение на съответните формалности на територията на Договарящата се Страна, където е направена инвестицията. Срокът започва да тече от деня в който молбата придружена с необходимите документи е подадена и не може в никакъв случай да превишава три месеца.

Член 6

1. Ако едната Договаряща се Страна или определена от нея агенция извърши плащания на своите инвеститори по

силата на гаранция, която е предоставила по отношение на инвестиция на територията на другата Договаряща се Страна, последната Договаряща се Страна ще признае:

а) назначаването или по силата на закон, или в съответствие с правна сделка с тази страна, на всяко право или иск от инвеститора по отношение на първата Договаряща се Страна, или определената от нея агенция, както и

б) това, че на първата Договаряща се Страна или определената от нея агенция е упълномощена по силата на суброгацията да упражнява в същата степен, както инвеститорът правата и предявява исконете на този инвеститор и ще поеме задълженията, свързани с инвестицията.

- В случай на суброгация, както е определено в Алинея 1 на този член, инвеститорът няма да предприема каквато и да е юридическа процедура без предварително упълномощаване от Договарящата се Страна или една от определените от нея агенции.

Член 7

- Споровете между Договарящите се Страни отнасящи се до интерпретацията и прилагането на тази Спогодба ще бъдат решавани, възможно най-бързо чрез преговори между Договарящите се Страни.

- Ако Договарящите се Страни не се споразумеят в разстояние на дванайсет месеца след започването на преговорите, по искане на която и да е от Договарящите се Страни, спорът ще бъде отнесен за решаване от арбитражен съд.

- Такъв арбитражен съд ще бъде свикван за всеки индивидуален случай по следния начин:

В течение на три месеца от получаването на искането за арбитраж всяка от Договарящите се Страни ще излъчи един член от арбитража. Тези двама членове ще изберат гражданин на трета страна, която след одобрение от двете Договарящи се Страни ще бъде избран за Председател на арбитражния съд. Председателят ще посочи в течение на два месеца от датата на избирането си другите два члена.

- Ако в течение на периодите посочени в Алинея 3 на този член необходимите назначения не са направени, всяка от Договарящите се Страни може при липса на друго споразумение да покани Председателя на Международния арбитражен съд да извърши необходимите назначения. Ако Председателят е гражданин на която и да е от Договарящите се Страни, или ако е възпрепятстван по някакъв друг начин от изпълнение от упоменатата функция, заместник-председателят ще бъде поканен да извърши необходимите назначения. Ако заместник-председателят е гражданин на която и да е от Договарящите се Страни или ако той също е възпрепятстван от изпълнението на споменатата функция, следващият по старшинство Член на Международния съд, който не е гражданин на която и да е от Договарящите се Страни, ще бъде поканен да извърши необходимите назначения.

- Председателят и членовете на съда трябва да са граждани на държави, с които двете Договарящи се Страни поддържат дипломатически отношения. Арбитражният съд постановява решението си въз основа на разпоредбите на настоящата спогодба сключена между Договарящите се Страни, както и въз основа на общоприетите принципи и норми на международното право. Същият постановява решението си с мнозинство на гласовете. Това решение ще бъде задължително и окончателно за двете Договарящи се Страни. Съдът определя своя собствена процедура. Всяка Договаряща се Страна ще поема разходите за своя член от съда и за своето представяне в арбитражния процес. Разходите за Председателя и останалите разходи ще се поемат по равно от Договарящите се Страни.

Член 8

- Спорове между инвеститор на една от Договарящите се Страни и другата Договаряща се Страна относно задължение на последната по тази Спогодба, засягащи инвестиция в предишната, ще бъдат решавани по възможно най-бърз начин от спорешите страни в дух на приятелство.
- Ако такъв спор не бъде разрешен в дух на приятелство в течение на шест месеца от датата на искането на която и да е от страните, въпросният инвеститор може да отнесе спора до компетентния съд на Договарящата се Страна.
- В случай на спор по силата на Член 4 и 5 от тази Спогодба, въпросният инвеститор може да избере вместо да отнесе спора за решаване от арбитражния съд, да го отнесе до:

а) арбитражен съд "ад-хок" съставен по арбитражните правила на Комисията на Обединените нации по международно търговско право (UNCITRAL); или

б) Международния център за уреждане на инвестиционни спорове, в случай, че Република България стане член на Конвенцията за инвестиционни спорове между държави и граждани на друга страна, подписана във Вашингтон на 18 март 1965 година (ICSID Convention).

- Решението ще бъде окончателно и задължително за двете страни по спора и ще се прилага в съответствие с вътрешното законодателство на въпросната Договаряща се Страна.

Член 9

Ако предписанията на закона на една от Договарящите се Страни или задълженията по международното право, действащи в настоящия момент или установени в бъдеще между Договарящите се Страни в допълнение на настоящата Спогодба, съдържат разпореджения, общи или специфични, предоставящи по-благоприятно третиране на инвестиции на инвеститори от другата Договаряща се Страна, то тези разпореджения ще превалират над разпоредженията на настоящата Спогодба до най-благоприятна възможна степен.

Член 10

Тази Спогодба ще се прилага за всички инвестиции, направени след 1 януари 1965 година от инвеститори на една от двете Договарящи се Страни на територията на другата Договаряща се Страна в съответствие със съответните законови разпоредби.

Член 11

Представители на Договарящите се Страни, когато е необходимо ще провеждат консултации по всички въпроси, отнасящи се до прилагането на тази Спогодба. Тези консултации ще се провеждат по предложение на една от Договарящите се Страни на място и във време, съгласувани по дипломатически път.

Член 12

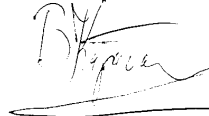
- Тази Спогодба влиза в сила на датата, на която двете Договарящи се Страни се уведомят писмено, че са изпълнили съответните вътрешни законови процедури, и ще има срок на действие за период от петнадесет години.
- Ако дванайсет месеца преди датата на изтичане на петнадесет годишния период никоя от Договарящите се Страни не направи писмено уведомление до другата Договаряща се Страна за нейното решение да прекрати действието на тази Спогодба, тя се счита за автоматически подновена при същите условия за всеки следващ период от пет години.
- По отношение на инвестициите, направени преди прекратяването на действието на тази Спогодба, разпоредбите на Членовете от 1 до 11 ще останат в сила за последващ период от десет години.

Съставена на 27 май 1993 година в Лисабон на португалски, български и английски езици, като и трите текста имат еднаква сила. В случай на различия в интерпретацията, неродавен ще бъде английският текст.

ЗА ПРАВИТЕЛСТВОТО НА
РЕПУБЛИКА ПОРТУГАЛИЯ:



ЗА ПРАВИТЕЛСТВОТО НА
РЕПУБЛИКА БЪЛГАРИЯ:



ПРОТОКОЛ

Във връзка със Спогодбата между Правителството на Португалската Република и Правителството на Република България за насърчване и взаимна защита на инвестициите, подписана на 27 май 1993 г. в Лисабон, долуподписаните Пълномощници се споразумяха също и за следните допълнителни разпоредби, които представляват неразделна част от споменатата Спогодба:

- Във връзка с Член 2 на тази Спогодба:

Разпоредбите на Член 2 от тази Спогодба ще се прилагат също и когато инвеститори от една от Договарящите се Страни са установени

вече на територията на другата Договаряща се Страна и желаят да разширят дейността си или да извършат дейности в други сектори.

Такива инвестиции ще се считат за нови инвестиции и до тази степен ще се извършват в съответствие с правилата регулиращи допускането на инвестициите, съгласно Член 2 на тази Спогодба.

2. Във връзка с Член 3 на тази Спогодба:

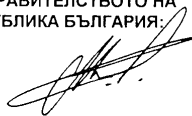
Договарящите се Страни считат, че разпоредбите на Член 3 от тази Спогодба не нарушават правото на всяка от Договарящите се Страни да прилагат разпоредбите на националното си законодателство, отнасящи се до данъчното облагане, ако това законодателство прави разграничение между данъкоплатците, чието положение не е еднакво, а именно, по отношение на тяхното местожителство или на мястото, където е инвестиран капитала.

Съставен в СОФИЯ, на 30.МАРТ 1999г. на португалски, български и английски език, като всички текстове имат еднаква сила. В случай на различия в интерпретацията, меродавен ще бъде английският текст.

ЗА ПРАВИТЕЛСТВОТО НА
ПОРТУГАЛСКАТА РЕПУБЛИКА:



ЗА ПРАВИТЕЛСТВОТО НА
РЕПУБЛИКА БЪЛГАРИЯ:



**AGREEMENT BETWEEN THE GOVERNMENT OF THE PORTUGUESE
REPUBLIC AND THE GOVERNMENT OF THE REPUBLIC OF BUL-
GARIA FOR THE PROMOTION AND MUTUAL PROTECTION OF
INVESTMENTS.**

The Government of the Portuguese Republic and the Government of the Republic of Bulgaria, hereinafter referred to as the Contracting Parties:

Encouraged by the desire to strengthen economic cooperation between the two States;

With a view to create favourable conditions for investors from one Contracting Party in the territory of the other Contracting Party;

Recognizing that the mutual promotion and protection of investments in accordance with this Agreement stimulates the initiatives on this field;

have agreed as follows:

Article 1

For the purpose of this Agreement:

1) The term «investments» shall mean every kind of assets connected with economic activities invested by an investor of one of the Contracting Parties in the territory of the other Contracting Party in accordance with the laws of the latter and shall include in particular:

- a) Property rights and other real rights;
- b) Shares, stocks or other securities materializing participation in companies or any other form of participation;
- c) Outstanding claims to money or any other rights having an economic value;
- d) Copyrights, industrial property rights (such as patents, technical processes, trade marks and names, names of company, industrial designs, know-how and goodwill);
- e) Concessions conferred by law, under a contract or an administrative act of a competent state authority, and in partic-

ular for prospect, research and exploitation of natural resources.

No subsequent change in the form in which the investments have been made shall affect their substance as such, provided that such a change does not contradict the laws of the relevant Contracting Party;

- 2) The term «returns» shall mean all amounts yielded by investments, such as profits, dividends, interests, and other lawful income;
- 3) The term «liquidation of investment» shall mean that the investment has been terminated in accordance with the legal provisions in force in the country in which the investment in question has been made;
- 4) The term «investor» shall mean:
 - a) A natural person who is a national of either Contracting Party, in accordance with its applicable law;
 - b) Corporations, including companies, or other forms of association, with or without juridical personality, which have a main office in the territory of one of the Contracting Parties and are constituted in accordance with the law of that Contracting Party;
- 5) The term «territory» shall mean the territory under the sovereignty of the Republic of Bulgaria, on the one hand, and of the Portuguese Republic, on the other hand, including the territorial sea, as well as the continental shelf, and the exclusive economic zone over which the respective State exercises sovereign rights or jurisdiction in conformity with international law.

Article 2

1 — Both Contracting Parties shall mutually promote and protect in their respective territories investments of the investors of the other Contracting Party and admit such investments in accordance with their laws and regulations, and accord them fair and equitable treatment and protection.

2 — In case of reinvestment of returns from an investment, these reinvestments and their returns shall enjoy the same protection as the initial investment.

3 — In compliance with its laws and regulations, each Contracting Party shall consider favourably questions concerning entry, stay, work and movement in its territory of nationals of the other Contracting Party who carry out activities connected with the investments as defined in the present Agreement and of the members of their families forming part of their household.

Article 3

1 — Neither Contracting Party shall subject investments in its territory made by investors from the other Contracting Party to treatment less favourable than that accorded to investments of its own investors or to investment of investors of any third State, whichever is more favourable.

2 — Neither Contracting Party shall subject investors of the other Contracting Party with regard to activity connected with the maintenance, use and operation of

their investments made in the territory of the first Contracting Party, to treatment less favourable than that accorded to its own investors or to investors of any third State, whichever is more favourable.

3 — The foregoing provisions of this article do not affect more favourable treatment already accorded or to be accorded by the Contracting Parties to investments made by investors from third States resulting from:

- a) Membership of customs unions, free trade areas and other similar forms of economic cooperation;
- b) Agreements on avoidance of double taxation.

4 — Either Contracting Party reserves the right to make or maintain, in compliance with its legislation, exceptions from national treatment granted according to paragraph 1 and 2 of this article.

Article 4

1 — Investments made by investors from one of the Contracting Parties in the territory of the other Contracting Party shall not be expropriated, nationalized or subject to other measures with effects equivalent to expropriation or nationalisation (hereinafter referred to as expropriation), except by virtue of law, in the public interest, on a non discriminatory basis and against prompt compensation.

The compensation shall amount to the market value of the investment at the time of the expropriation, shall be paid without delay and shall carry an annual rate of interest equal to 12 months LIBOR quoted for the convertible currency in which the investments were made until the time of payment. The payment of such compensation shall be freely transferable.

2 — Investors from one of the Contracting Parties who suffer investment losses in the territory of the other Contracting Party due to war, armed conflict, state of national emergency or other similar events shall be accorded treatment no less favourable than that accorded to investors of any third State. Resulting compensations shall be freely transferable.

Article 5

1 — Pursuant to its own legislation, each Contracting Party shall permit investors from the other Contracting Party, after the fulfilment of due tax obligations, the free transfer of sums related to investments, such as:

- a) Capital and additional amounts necessary to maintain or increase the investment;
- b) The returns from the investment;
- c) Funds in service, repayment and amortisation of loans, recognized by both parties to be an investment;
- d) The proceeds obtained from the sale or from the total or partial liquidation of the investment;
- e) The compensations in accordance with article 4 of this Agreement;
- f) Any preliminary payments that may be made in the name of the investor, in accordance with article 6 of this Agreement;
- g) The remuneration received by the nationals of the other Contracting Party for work or services done in connection with investments made in its territory, in accordance with its laws and regulations.

2 — The transfers referred to in the preceding paragraph shall be made without delay at the exchange rate applicable on the date of the transfer in the territory of the Contracting Party where the investment was made.

3 — For the purpose of this article a transfer shall be considered made without delay when this is done within the period normally required for fulfilling the respective formalities in the territory of the Contracting Party where the investment was made. The period will begin from the day on which the application accompanied by the required documents is made and may in no case whatsoever exceed three months.

Article 6

1 — If one Contracting Party or its designated agency makes payments to its own investors under a guarantee it has accorded in respect of an investment in the territory of the other Contracting Party, the latter Contracting Party shall recognize:

- a) The assignment, whether under the law or pursuant to a legal transaction in that country, of any right or claim by the investor to the former Contracting Party or to its designated agency; as well as
- b) That the former Contracting Party or its designated agency is entitled by virtue of subrogation to exercise to the same extent as the investor the rights and enforce the claims of that investor and shall assume the obligations related to the investment.

2 — In case of subrogation, as defined in paragraph 1 of this article, the investor shall not intend any judicial procedure without previous authorisation from the Contracting Party or one of its designated agency.

Article 7

1 — Disputes between the Contracting Parties concerning the interpretation and application of this Agreement should, as far as possible, be settled through negotiations between the Contracting Parties.

2 — Should the Contracting Parties fail to reach such a settlement within twelve months after entering into negotiations, the dispute shall, upon the request of either Contracting Party, be submitted to an arbitral tribunal.

3 — Such an arbitral tribunal shall be constituted for each individual case in the following way: within three months from the receipt of the request for arbitration, each Contracting Party shall appoint one member of the tribunal. Those two members shall then select a national of a third State who on approval by the two Contracting Parties shall be appointed chairman of the tribunal. The chairman shall be appointed within two months from the date of appointment of the other two members.

4 — If within the periods specified in paragraph 3 of this article the necessary appointments have not been made, either Contracting Party may, in the absence of any other agreement, invite the President of the International Court of Justice to make any necessary appointments. If the President is a national of either Contracting Party or if he is otherwise prevented from discharging the said function, the Vice-President shall be invited to make the necessary appointments. If the Vice-President is a national of either Contracting Party or if he

too is prevented from discharging the said function, the member of the International Court of Justice next in seniority who is not a national of either Contracting Party shall be invited to make the necessary appointments.

5 — The chairman and the members of the tribunal have to be nationals of States with which both Contracting Parties maintain diplomatic relations.

6 — The arbitral tribunal shall reach its decision on the basis of the provisions of the present Agreement concluded between the Contracting Parties as well as the generally accepted principles and rules of international law. The arbitral tribunal reaches its decision by a majority of votes. Such decision shall be final and binding on both Contracting Parties. The tribunal determines its own procedure.

7 — Each Contracting Party shall bear the costs of its own member of the tribunal and of its representation in the arbitral proceedings. The cost of the chairman and the remaining costs shall be borne in equal parts by the Contracting Parties.

Article 8

1 — Disputes between an investor of one of the Contracting Parties and the other Contracting Party concerning an obligation of the latter under this Agreement, in relation to an investment of the former, shall, as far as possible, be settled by the disputing parties in an amicable way.

2 — If such disputes cannot be settled within six months from the date either party requested amicable settlement, the investor concerned may submit the dispute to the competent court of the Contracting Party.

3 — In case of disputes with regard to articles 4 and 5 of this Agreement the investor concerned may choose, instead, to submit the dispute for settlement by arbitration to:

- a) An ad-hoc arbitral tribunal to be established under the arbitration rules of the United Nations Commission on International Trade Law (UNCITRAL); or
- b) The International Centre for Settlement of Investment Disputes, in the event that the Republic of Bulgaria becomes a party to the Convention of Investment Disputes between States and Nationals of other States done at Washington, March 18th 1965 (ICSID Convention).

4 — The award shall be final and binding on both parties to the dispute and enforced in accordance with the domestic law of the Contracting Party concerned.

Article 9

If the provisions of law of either Contracting Party or obligations under international law existing at present or established hereafter between the Contracting Parties in addition to the present Agreement contain a regulation, whether general or specific, entitling investments by investors of the other Contracting Party to a treatment more favourable than is provided for by the present Agreement, such regulation shall, to the extent that it is more favourable, prevail over the present Agreement.

Article 10

This Agreement shall apply to all investments made from January 1st 1965 by investors from one of the Contracting Parties in the territory of the other Contracting Party in accordance with the respective legal provisions.

Article 11

Representatives of the Contracting Parties shall, whenever necessary, hold consultations on any matter affecting the implementation of this Agreement. These consultations shall be held on the proposal of one of the Contracting Parties at a place and at a time to be agreed upon through diplomatic channels.

Article 12

1 — This Agreement shall enter into force on the date on which both Contracting Parties have notified each other in writing that their respective internal legal procedures have been fulfilled, and shall remain in force for a period of fifteen years.

2 — If twelve months before the date of expiration of the fifteen-years period neither of the Contracting Parties makes a written notification to the other Contracting Party of its decision to terminate this Agreement, it shall be considered automatically renewed in the same terms and for successive periods of five years.

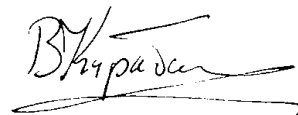
3 — In case this Agreement is terminated, the provisions of articles 1 to 11 shall remain in force for a further period of ten years with regard to investments made before the termination of this Agreement becomes effective.

Done in Lisbon on 27 of May 1993 in Portuguese, Bulgarian and English languages, all texts being equally authentic. In case of divergence of interpretation, the English text shall prevail.

For the Government of the Portuguese Republic:



For the Government of Republic of Bulgaria:



PROTOCOL

With reference to the Agreement between the Government of the Portuguese Republic and the Government of the Republic of Bulgaria for the Promotion and Mutual Protection of Investments signed in Lisbon on the 27 of May, 1993 the undersigned plenipotentiary have also agreed on the following interpretative provisions, which constitute an integral part of the said Agreement:

1 — With reference to article 2 of this Agreement

The provisions of article 2 of this Agreement shall also be applicable when investors of one of the Contracting Parties are already established in the territory of the other Contracting Party and wish to extend their activities or to carry out activities in other sectors.

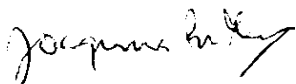
Such investments shall be considered as new ones and, to that extent, shall be made in accordance with the rules that regulate the admission of investments, according to article 2 of this Agreement.

2 — With reference to article 3 of this Agreement

The Contracting Parties consider that provisions of article 3 of this Agreement are not in prejudice of the right of either Contracting Party to apply the pertinent provisions of their national legislation on taxes, if such legislation makes a distinction between tax-payers whose situation is not identical namely with regard to their place of residence or the place where the capital is invested.

Done in duplicate in Sofia on 30 March 1999 in Portuguese, Bulgarian and English languages, all texts being equally authentic. In case of divergence of interpretation, the English text shall prevail.

For the Government of the Portuguese Republic:



For the Government of Republic of Bulgaria:



Resolução da Assembleia da República n.º 75/2000

APROVA, PARA ASSINATURA, O ACORDO ENTRE A REPÚBLICA PORTUGUESA E A REPÚBLICA ÁRABE DO EGITO SOBRE A PROMOÇÃO E A PROTECÇÃO RECÍPROCAS DE INVESTIMENTOS, ASSINADO NO CAIRO EM 28 DE ABRIL DE 1999.

A Assembleia da República resolve, nos termos da alínea i) do artigo 161.º e do n.º 5 do artigo 166.º da Constituição, aprovar, para assinatura, o Acordo entre a República Portuguesa e a República Árabe do Egito sobre a Promoção e a Protecção Recíprocas de Investimentos, assinado no Cairo em 28 de Abril de 1999, cujas versões autênticas nas línguas portuguesa, árabe e inglesa seguem em anexo.

Aprovada em 27 de Abril de 2000.

O Presidente da Assembleia da República, *António de Almeida Santos*.

Assinada em 28 de Junho de 2000.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendada em 30 de Junho de 2000.

O Primeiro-Ministro, *António Manuel de Oliveira Guterres*.

ACORDO ENTRE A REPÚBLICA PORTUGUESA E A REPÚBLICA ÁRABE DO EGITO SOBRE A PROMOÇÃO E A PROTECÇÃO RECÍPROCAS DE INVESTIMENTOS.

A República Portuguesa e a República Árabe do Egito, adiante designadas «Partes Contratantes»:

Animadas do desejo de intensificar a cooperação económica entre os dois Estados;

Desejando encorajar e criar condições favoráveis para a realização de investimentos pelos investidores de qualquer das Partes Contratantes no território da outra Parte Contratante na base da igualdade e do benefício mútuos;

Reconhecendo que a promoção e a protecção recíprocas de investimentos nos termos deste Acordo contribuirá para estimular a iniciativa privada;

acordam o seguinte:

Artigo 1.º

Definições

Para efeitos do presente Acordo:

1 — O termo «investimentos» compreenderá toda a espécie de bens e direitos investidos por investidores de qualquer das Partes Contratantes no território da outra Parte Contratante, nos termos da respectiva legislação aplicável sobre a matéria, incluindo, em particular:

- Propriedade sobre bens móveis e imóveis, bem como quaisquer outros direitos reais, tais como hipotecas, garantias, penhores e outros direitos análogos;
- Acções, quotas ou outras partes sociais que representem o capital de sociedades ou quaisquer outras formas de participação e ou interesses económicos resultantes da respectiva actividade;
- Direitos de crédito ou quaisquer outros direitos com valor económico;
- Direitos de propriedade intelectual, tais como direitos de autor, patentes, modelos de utilidade e desenhos industriais, marcas, denominações comerciais, segredos comerciais e industriais, processos técnicos, *know-how* e clientela (aviação);
- Aquisição e desenvolvimento de concessões conferidas nos termos da lei por força de contrato ou outro acto administrativo, incluindo concessões para prospecção, pesquisa e exploração de recursos naturais;
- Bens que, no âmbito de um contrato de locação, sejam colocados à disposição de um locador no território de uma Parte Contratante em conformidade com as suas leis e regulamentos.

Qualquer alteração na forma de realização dos investimentos não afectará a sua qualificação como investimentos, desde que essa alteração seja feita de acordo com as leis e regulamentos da Parte Contratante no território da qual os investimentos tenham sido realizados.

2 — O termo «rendimentos» designará os proveitos ou mais-valias gerados por, ou em conexão com, investimentos num determinado período, incluindo em particular lucros, dividendos, juros, *royalties* ou outros rendimentos relacionados com investimentos, incluindo